

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 990.722 - PR (2016/0255108-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : **MARCOS BATTISTI ARCHER**
ADVOGADOS : **HEBER GOMES DA SILVA - PR005777**
 HEBER MARCELO GOMES DA SILVA E OUTRO(S) -
 PR021814
 LILIANE CHRISTINA DA SILVA ZAPONI - PR019963
EMBARGADO : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADOS : **PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E OUTRO(S) -**
 SP098709
 RICARDO TOSTO DE OLIVEIRA CARVALHO - SP103650
 RODRIGO CASTOR DE MATTOS - PR036994
 ZANON DE PAULA BARROS - RJ018329
INTERES. : **REGINA CELIA BAGGIO**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por MARCOS BATISTTI ARCHER, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 2902 - 2907 (e-STJ), que negou provimento ao reclamo em razão da ausência de negativa de prestação jurisdicional e incidência da Súmula 211/STJ.

Irresignado, o ora embargante sustenta, em síntese, omissão e erro material na decisão embargada, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 2916):

Além do mais, a tutela antecipada concedida nos autos nº 143/2000 estava em plena vigência, uma vez que foi interposto recurso de Apelação o qual foi recebido no duplo efeito, incorrendo em erro material a decisão embargada ao entender que "antes mesmo da propositura da Ação n. 364/05 (antigo 74/04), já havia sido revogada em 25/10/2001 a tutela antecipada concedida nos autos n. 143/2004".

Impugnação apresentada às fls. 2910-2918 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Sem razão o embargante, impondo-se a rejeição do recurso.

1. Nos estreitos lindes do art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão.

No caso, as razões dos embargos revelam tão somente o intuito de reapreciação da causa e a sua insatisfação com o resultado do julgado, o que não se admite com a objetividade do recurso manejado.

No tocante à alegada omissão, a parte embargante não indicou sobre quais teses ou argumentos a decisão monocrática deixou de se manifestar, pretendendo a parte, na verdade, a rediscussão do julgado, o que não autoriza a oposição dos embargos.

Nesse sentido:

ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. REJEIÇÃO DA TESE DO RECORRENTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126 DO STJ.

1. Quanto à apontada ofensa ao art. 535, I, do CPC/1973, verifica-se que o recorrente faz apenas alegação genérica de sua vulneração, apresenta uma fundamentação deficiente que impede a exata compreensão da controvérsia. Incide, na hipótese, a Súmula 284/STF.

(...)

(AgInt no REsp 1415109/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RESTITUIÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. CÁLCULO DA DÍVIDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. IRRESIGNAÇÃO FORMULADA DE MODO GENÉRICO. ALEGAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recurso especial que suscita violação do art. 535 do CPC/73 ou 1.022 do NCPC, mas não indica precisamente os pontos a respeito dos quais estaria configurada omissão, contrariedade, obscuridade ou erro material, é deficiente em sua fundamentação, esbarrando, por conseguinte, na Súmula nº 284 do STF. Precedentes.

(...)

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no REsp 1584497/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017)

2. Ademais, no tocante ao apontado erro material, também não assiste razão ao embargante.

Conforme entendimento sedimentado nesta Corte, erro material "*é aquele reconhecido primo ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo*" (REsp 1021841/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2008, DJe 04/11/2008, grifou-se).

Na hipótese, ao alegar que incorreu "em erro material a decisão embargada ao entender que "antes mesmo da propositura da Ação n. 364/05 (antigo 74/04), já havia sido revogada em 25/10/2001 a tutela antecipada concedida nos autos n. 143/2004", o embargante refere-se a um trecho do acórdão estadual que fora transcrito na decisão ora embargada.

Ademais, ainda que o suposto erro estivesse presente na decisão monocrática, verifica-se que a questão apontada guarda relação com o próprio juízo de mérito da causa, pois enseja o reexame de qual seria o número do processo cuja tutela antecipada que estava em vigência na data da inscrição do nome do insurgente nos cadastros de

restrição ao crédito.

Assim, além de nítida pretensão reformatória do *decisium* proferido às fls. 2902-2907, a argumentação apresentada não condiz com a definição correta do que são os erros materiais passíveis de correção por meio dos embargos de declaração.

Nessa direção:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL, NA SENTENÇA EXEQUENDA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 285 DO CPC/39 E 463, I, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE ERRO DE JULGAMENTO, ACOBERTADO PELA COISA JULGADA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, **"o erro material previsto no inciso I do art. 463 do CPC/1973, passível de ser corrigido a qualquer tempo, é aquele relativo à inexatidão perceptível à primeira vista e cuja correção não modifica o conteúdo decisório do julgado. Caso contrário, trata-se de erro de julgamento, hipótese na qual a parte deve lançar mão das vias de impugnação apropriadas"** (STJ, AgInt no REsp 1.469.645/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/12/2017). **O erro material, passível de ser corrigido de ofício e não sujeito à preclusão, é "aquele reconhecível primo ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório, e cuja correção não implica em alteração do conteúdo do provimento jurisdicional"** (STJ, EDcl no AgRg no RMS 36.986/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2016), o que, contudo, não é a hipótese dos presentes autos, na qual o erro apontado guarda relação com o próprio objeto do juízo de mérito, consubstanciando **error in judicando, decorrente da má apreciação de questão de fato**. Nesse sentido: STJ, REsp 1.593.461/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/08/2016; EDcl no AgRg no REsp 1.433.697/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 21/05/2015; AgRg no REsp 495.706/MT, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 31/05/2007; REsp 91.999/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJU de 19/12/2002.

V. Com efeito, o suposto equívoco, defendido pelos recorrentes, relativo à não inclusão, no montante indenizável, do valor correspondente a um sétimo imóvel, diverso daqueles outros seis, previstos na sentença exequenda, não configura mero erro material, como defendem os recorrentes, mas, sim, erro de julgamento. Nesse contexto, não havendo impugnação, no momento oportuno, opera-se o efeito preclusivo da coisa julgada formal, não merecendo o acórdão recorrido qualquer reparo, pois decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1435045/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2018, DJe 13/09/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO RECLAMO PARA, DE PLANO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA

AUTORA.

(...)

2.1. A alteração do acórdão impugnado com relação ao reexame das provas dos autos demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

2.2. Na hipótese, não se vislumbra erro material na apreciação da prova, mas sim o inconformismo da parte com relação ao juízo de valor aferido pelas instâncias ordinárias, cuja revisão esbarra no referido óbice sumular.

(...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 335.282/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 22/03/2017)

Dessa forma, verifica-se que não há como serem acolhidos os presentes embargos de declaração porque o agravo foi decidido e suficientemente analisado à luz da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não estando presentes os vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

3. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator